



INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR: causas e perspectivas de solução

Antonio Eudes Mota



AYA EDITORA
2023

Indisciplina no contexto escolar:

causas e perspectivas de solução

Prof.º Me. Antonio Eudes Mota

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Prof.º Me. Antonio Eudes Mota

Capa

AYA Editora

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Parauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seu autor e não representam necessariamente a opinião desta editora.

M917 Mota, Antonio Eudes

Indisciplina no contexto escolar: causas e perspectivas de solução
[recurso eletrônico]. / Antonio Eudes Mota. -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 59 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-241-8

DOI: 10.47573/aya.5379.1.136

1. Educação. 2. Disciplina escolar. 3. Professores e alunos. I. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora LTDA**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
ENTENDENDO A INDISCIPLINA EM SUA CONJUNTURA HISTÓRICA ESCOLAR. 12	
Os gêneros de indisciplinas sofridos nas escolas públicas	13
A indisciplina: Um problema efetivo em nosso recinto escolar.....	15
A conexão entre docente e discentes	19
Agressão/Indisciplina	21
ESCOLA E FAMÍLIA: UMA COMBINAÇÃO VITAL PARA A RESILIÊNCIA DA INDISCIPLINA	24
Dispositivos e estratégias de ensino: suplantando as indisciplinas.....	25
As respostas da indisciplina no rendimento escolar	27
Prováveis razões que contribuem para a indisciplina no rendimento escolar	28
As atuações e estratégias de gestão para conter os impactos da indisciplina no processo de ensino- aprendizagem	29
ESCOLA E COMUNIDADE: NOVAS TRAJETÓRIAS E EXPECTATIVAS.....	34
A conexão Escola/Comunidade	35
Educação no Estado do Ceará	37

Conexão Família/Escola	40
Autonomia escolar: numa perspectiva democrática	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
SOBRE O AUTOR	53
ÍNDICE REMISSIVO	54

Apresentação

A presente pesquisa tem como tema principal a indisciplina escolar, suas causas e perspectivas de solução. Sabemos que esse é dos assuntos mais questionados ultimamente em todas as escolas públicas e privadas. Este projeto aborda sobre um tema de grande interesse por parte de todos que fazem a educação. Escolhemos o tema “a indisciplina escolar”, pois estamos vivenciando no dia-a-dia de nossa escola a indisciplina de crianças e adolescentes e isso nos preocupa porque interfere na aprendizagem e está entre um dos desafios dos professores, pois manter a disciplina em uma sala de aula é sem dúvida uma tarefa muito árdua.

Sabemos que gritos, ameaças, autoritarismo e mandar o aluno para a diretoria não funciona mais. Diante de tal situação vivenciada dia-a-dia. Podemos dizer que a desestruturação da família é também um dos fatores que interfere muitas vezes para comportamentos indisciplinados. Por exemplo: Muitas vezes temos que passar por algumas situações muito difíceis, como é o caso de alguns alunos que sofrem violência física em casa, outras vezes são filhos de viciados em drogas e veem o mau comportamento dos pais, e, na maioria dos casos eles também levam essa violência para dentro da sala de aula.

Vale ressaltar que o ambiente familiar é um ponto de referência, ou seja, um exemplo para crianças e adolescentes e se no âmbito há violência dentro de casa, pais que brigam e a falta de diálogo contribuem diretamente para a indisciplina. Outro fator relevante são os valores humanos como: respeito, amor ao próximo, compreensão e ética. No entanto esses valores quando não trabalhados acabam gerando uma série de conflitos interferindo na vida escolar do educando tornando-o agressivo, revoltado e sem motivação para os estudos.

Existe também outro fator que é o âmbito escolar, pois se ao chegar à escola o aluno não encontra apoio, como: um ambiente acolhedor, uma aula inovadora, atrativa e um professor que resgate os valores, sua autoestima dificilmente terá um bom comportamento. Diante do problema abordado é necessário que todos nós, educadores, pais, comunidade, núcleo gestor e demais órgãos competentes, criem ferramentas para trabalhar a família e a comunidade escolar amenizando a indisciplina.

Prof.º Me. Antonio Eudes Mota

INTRODUÇÃO

Ao ser levantada a análise das causas da crise da autoridade docente, alguns aspectos correntes são suscitados como a indisciplina e a autoridade e autonomia no processo educativo. Essas questões problematizadas necessitam ser enfocadas sob uma nova perspectiva. Vivendo bem de perto a questão das dificuldades que o professor enfrenta em sala de aula, a problematização da autoridade docente, bastante comum nas instituições de ensino, hoje nascendo assim a ideia de analisar este fato com muita dedicação.

Segundo Aquino (1996, p. 67), o professor sempre procurou manter o respeito em sala de aula, mas nem sempre de forma correta, a indisciplina dos alunos e seu maior obstáculo e as vezes não sabe como lidar com esse tipo de problema. A conquista da autoridade realizada de forma democrática é importante para uma atuação pedagógica transformadora, porém isto depende de uma serie de fatores; tomaremos como exemplo um importantíssimo elemento participante do processo educativo: a família.

O poder tem de ser analisado como alguma coisa que conduz, como algo que só realiza em cadeia. Jamais está posicionado aqui ou ali, em tempo algum está nas mãos de alguns, em nenhum momento é adequado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Em suas tramas os cidadãos não só conduzem, mas estão constantemente em posição de concretizar este poder e de sofrer com sua atuação: jamais são alvo estático ou consensual do poder, são sempre centros de transmissão. Por outras formas, o poder não se utiliza aos cidadãos, passa por eles.(FOUCAULT, 2002, p. 83).

As relações familiares são os reflexos do comportamento do aluno em sua vida escolar. Outro grande fator pelo qual desempenho do sucesso da conquista da autoridade democrático é a postura docente, quanto a ordem do professor é legitimada e obedecida, ele estará exercendo a autoridade, quando o mesmo abusa de seu poder, conseqüentemente, seus alunos o obedecem por falta de escolha. Devido repressivo, ele estará exercendo o autoritarismo.

O exercício da autoridade exige obediência e se esta for conquistada por meio de poder ou violência, está autoridade perde o seu sentido e fracassa, todavia, há situações em que a autoridade, mesmo sendo ampliada de forma incorreta promove a obediência e que obedecem tais ordens são indivíduos que julgam não possuem argumentos que discordem dos fundamentos das ordens impostas ou não possuem tais argumentos contestadores.

A autonomia entra em evidência a partir daí, quando o indivíduo possui essas habilidades contestadoras, podemos dizer que ele é um ser relativamente autônomo. Um ser autônomo é caracterizado como o indivíduo que conhece e busca a verdade, com isso suas concepções tornam-se equiparáveis com as de quem estará lhe impondo a autoridade. Esta, por ser hierárquica, perde o seu sentido pois, onde há autonomia não há hierarquia.

A autoridade nesta situação pode ainda, se fazer presente nesta relação, mas é tida a partir daí como autoridade democrática. Esta, porém, se diferencia do convencimento através de argumentos entre dois indivíduos por exemplo. Pode-se caracterizar este fato como persuasão; onde há hierarquia e pode atingir a quem pensa que não tem ou até mesmo não possui autonomia.

Dentre os vários problemas que interferem na qualidade da educação destacamos a indisciplina podendo iniciar de modo não físico, num xingamento, podendo chegar a forma física como socos e empurrões, dentro do espaço escolar. Estes conflitos não ficam restritos aos estudantes, mas alcançam todos os integrantes da comunidade escolar: professores, grupo gestor e funcionários.

Seja na comunicação social (mídia), impressa ou tecnológica é possível observar que a violência dentro do espaço escolar é uma ocorrência mundial. É nesta oportunidade que a comunidade escolar tem de intervir e investigar saber o que ocorre neste âmbito. A revolta pura e simples não se mantém se houver regras claras de convivência.

Uma participação ativa na sociedade pressupõe uma conscientização dos educandos quanto aos seus deveres na sociedade. Assim, a educação também tem o objetivo de desenvolver no indivíduo o interesse na vida coletiva para assumir o compromisso de buscar ações que favoreçam o desenvolvimento da capacidade crítica de julgamento.

A indisciplina escolar apresenta-se como o descumprimento das normas fixadas pela escola e demais legislações aplicadas. O desenvolvimento da aprendizagem requer da disciplina para que aconteça de forma serena e efetiva. A disciplina em sala de aula pode equivaler as atitudes tolerantes e de aceitação do outro, analisar as razões e alternativas de enfrentamentos da crise da autoridade docente e da indisciplina escolar.

Conhecer as causas da indisciplina na sala de aula, observar o comportamento do docente em meio à situação indisciplina em sala de aula. É possível manter o respeito em sala de aula sem que precise recorrer a alternativas mais rigorosas que imponham obediência aos alunos?

O objetivo desta pesquisa é poder conhecer um pouco das causas que levam os altos índices indisciplinares decorrentes em sala de aula e tentar formular estratégias para melhorar essa situação que afligem milhares de educadores, mas devemos levar em conta que o fator familiar conta muito, pois a educação de casa é a primeira base que temos, visto que a escola e educadores só contribuíram um pouco, porém situações de indisciplina estão ligadas diretamente com a distribuição familiar, portanto acreditamos que a aproximação da família e escola poderia resolver muitos desses fatores indisciplinares em sala de aula.

A pesquisa em destaque será dividida em três capítulos, sendo que os mesmos refletem à problemática da indisciplina no ambiente escolar. O primeiro capítulo tem como tema: “Entendendo a indisciplina em seu contexto histórico no ambiente escolar” como tópicos principais: os tipos de indisciplinas vivenciadas nas escolas públicas, a indisciplina: um problema real em nossos espaços escolares, a relação entre professor e aluno e a violência/indisciplina.

No segundo questiona-se sobre escola e família: uma parceria necessária para a superação da indisciplina, como também os métodos e técnicas de ensino, superando as indisciplinas, os reflexos da indisciplina no rendimento escolar, os possíveis fatores que contribuem para a indisciplina no rendimento escolar e as ações e estratégias de gestão para reduzir os efeitos da indisciplina no processo de ensino/aprendizagem. E para finalizar o terceiro capítulo fala sobre a escola e comunidade: novos caminhos e possibilidades, a relação escola e comunidade, a educação no Ceará, a relação família e escola, e por fim, um pouco sobre a autonomia escolar.

ENTENDENDO A INDISCIPLINA EM SUA CONJUNTURA HISTÓRICA ESCOLAR

A indisciplina é considerada por educadores como um dos problemas mais recorrentes dentro da sala de aula, mas será que a escola está lidando corretamente com esta questão? Iniciamos nossa reflexão com esse questionamento e tentar descobrir quais são os fatores que mais se agravam diante desse problema. Discutir indisciplina é um grande desafio, pois o tema vai de encontro às visões conservadoras e arbitrárias que acreditam ser papel fundamental da indisciplina manter padrões básicos de comportamento (AQUINO, 1996, p.78).

Tomando-se por base da literatura que discute tal assunto, percebe-se que a indisciplina é tanto histórica e que muito dela tem sua origem no século XIX, pois o que estamos vivendo hoje parece mais um ponto de vingança que se inicia, quando se sai da realidade platônica do romantismo e se depara com a crueldade do realismo naturalismo, somada ainda a um processo de transformação que ignora o silêncio, o medo e a submissão e “mergulha-se” num conceito deportado da democracia, onde tudo é direito.

Por que crianças obedecem? No começo do nosso século as crianças obedeciam a seus pais e em geral, também a sua professora. Não sei se antigamente elas obedeciam tanto assim se são tão desobedientes hoje. Por em parecer ser esta a queixa atual, traduzida notadamente pelo vocabulário “limite” as crianças, hoje não teriam limites, os pais não se impõem, a escola não os exigira, os sabotariam, etc.

O tema é delicado, perigoso até por três razões, pelos menos: A primeira, pode-se facilmente cair no machismo ingênuo e, sob a aparência de descrever o real, tratar de normatizá-lo. Exemplo, a indisciplina cometida em sala de aula seria consequência da inexistência de princípios e valores de nosso tempo. Porém falta de quais valores? A segunda: o reducionismo que explica um fato por uma única dimensão. Existe o reducionismo psicológico, ao fazer abstração de características sociais, culturais e históricos, que reduz o fenômeno estudado ao jogo do mecanismo mental isolado do contexto em que estão. Porém, também o reducionismo sociológico, que consiste em atribuir as causas gerais todo o comportamento humano, desprezando variáveis psicológicas para fugir do reducionismo

duas soluções: ou possuir um grande sistema explicativo que articule várias dimensões ou, na ausência de tais sistemas situar claramente a análise no nível escolhido sem afirmar a onipotência da explicação apresentada.

Poderíamos permanecer laudos e laudos verificando a complexidade e ambiguidade do tema por aqui. Vou fazê-lo pelo prisma de moralidade e do sentimento de vergonha. Tratar de disciplina e indisciplina no nível da vergonha é considerar uma apenas, de suas dimensões afetivas.

Diante de tantos obstáculos que se coloca entre professores e educação, algumas se mostram descrentes que as situações de indisciplinas, e até de violência podem ter soluções. Obstinado as suas idealizações de educação e condutas dentro da sala de aula contestam a repensar suas ações. Alguns professores alegam que o interesse por vídeo games, televisão e toda sorte de entretenimento afasta os alunos da sala de aula.

Num sistema educacional, em que os professores se sentem oprimidos e na defensiva, onde suas necessidades individuais e autonomia ideativa não são privilegiadas é de administrar que professores ainda queiram continuar dentro de uma sala de aula.

Os gêneros de indisciplinas sofridos nas escolas públicas

Ser professor nunca foi uma tarefa simples, hoje, porém, novos elementos vieram tornar o trabalho docente ainda mais difícil a disciplina parece ter de ser tornado particularmente problemática. Analisar as causas do problema é preocupação sobre qual, hoje, se debruçam todos os que estão envolvidos com educação, que desejam uma escola de qualidade. É claro que são inúmeros, não apenas uns elementos que concorrem para tal situação educacional brasileira.

Desde alguns anos atrás, vai instalando em nossa sociedade, e de maneira especial em nossas escolas, a convicção de que estudantes vão sendo cada vez mais indisciplinados e mal-educados, mostrando comportamento que interrompe, o clima acadêmico da escola, quando não protagonizam agressões verbais e físicas, frutos de destruição do mobiliário.

É necessário e essencial a educação saber estabelecer limites e valores a disciplina,

e para isso é necessário a presença de uma autoridade saudável. O segredo que difere autoritarismo do comportamento de autoridade adotando para que outra pessoa se torne mais educada ou disciplinada está no respeito a autonomia.

Os regulamentos de ensino, da qual tarefa é inserir as crianças nas diretrizes da sociedade diversas vezes se eliminam. O aprendizado é primordial, em vista disso os filhos têm a obrigação de instruir-se caso não o exerçam, terão continuamente que arcar com as decorrências de suas indisciplinas. As crianças apreendem a se comportar em ao conviver com outras pessoas, principalmente com os próprios pois a força dos pais esta em transmitir aos filhos a diferença entre o que é admissível ou não, desnecessário, e entre outras coisas mais.

Sabe-se que para viver em sociedade precisamos seguir regras sociais, e estas estão de acordo com o meio cultural em que vivemos, notamos que, as regras que se concentram no âmbito escolar vão de encontro com uma realidade demasiadamente modificada pelas relações sociais, segundo a pesquisa com os pais de alunos de escolas públicas, realizadas pelo Instituto Fernand Braudil de Economia Mundial, para 93% dos entrevistados, indisciplina é o tema mais abordado em reuniões de pais e mestres.

Como também a pesquisa realizada pelo observatório do universo escolar, em parceria com o ministério da Educação, constatou que a indisciplina é uma das causas mais apontadas pelos professores para o fracasso do planejamento inicial. Assim surge nossa problematização, interesse maior em saber qual a causa de tanta indisciplina, seria resultado de falta de limites? Em nossa pesquisa tivemos como objetivo maior buscar identificar qual seria ou quais seriam os fatores geradores da indisciplina em sala de aula, em qual momento ou quais momentos ocorriam a indisciplina no ambiente escolar?

Consagradamente, segundo Damke (2006, p.1), “a idealização de disciplina vai estar profundamente agregado à noção de restrições sobre as atitudes, contado com inúmeros apetrechos tais como análise educacional”. Chega a ser questão indispensável para uma boa performance escolar, uma vez que esta se encontra vinculada a regras de convivências que em seguida se apresenta em demais contextos de convivências, como por exemplo, o trabalho profissional e a faculdade.

A respeito de que momento se deve iniciar a conscientização quanto à disciplina escolar Souza afirma que:

[...] é com antecedência, na escola, que têm início os problemas verificados no ensino superior. A criança vai se autorregulando nesse espaço conturbado, internalizando (segundo Vygotsky) as atitudes sociais, sem que haja uma intervenção efetiva no processo de formação de valores. Como as posturas não são conversadas, nem as convicções, as crianças desenvolvem compreendendo que é admissível se comportar de determinada maneira, pelo motivo de conviverem com modelos de comportamento equivalente. (SOUZA, 2004, p.2).

A hipótese de Souza quanto à importância de se trabalhar a concepção de disciplina do estudante desde a vigorosa infância para uma vida maior de idade é definitivamente viável, em razão da internalização de ideias, inicia com bastante antecedência em nosso convívio escolar em virtude de que nossas conexões com o meio são de síntese importância, para nossa consciência peculiar como menciona Wertscha:

O desenvolvimento de internalização, melhor dizendo, de construção de um lineamento intrapsicológico a começar de material interpsicológico, de conexões sociais, é o desenvolvimento mesmo de elaboração da consciência. Para Vygotsky, “o efeito de internalizar jamais é um processo de reprodução da realidade externa em um plano interior já transcorrido; é bem mais do que isso, um desenvolvimento do qual se desenvolve um plano interno da consciência” (WERTSCHA, 1988, p.83, in: Oliveira, 1992, p78).

As escolas, na maioria das vezes, contam com regras pré-estabelecidas, presente no Projeto Político Pedagógico. Regras, com direitos e deveres, que vão além das que já são outorgadas pela legislação aplicável. Notando a presença de regras buscamos então desenvolver uma pesquisa com o intuito, de levantar uma discussão presente em nosso dia a dia que, por vários motivos adiamos seu debate.

A indisciplina: Um problema efetivo em nosso recinto escolar.

A indisciplina escolar caracteriza-se, em nossos dias, como um confronto aos professores por ser profundamente experienciado nas escolas. Mostra-se da mesma forma, segundo Garcia (1999), como etiologia de estresse nas conexões interpessoais, especialmente quando relacionadas a conflitos em sala de aula. Todavia, mais do que se constituir um “problema” aquele outro autor complementa que a indisciplina na escola tem algo a falar sobre o espaço escolar e sobre a específica exigência de avanço pedagógico e institucional.

Trata-se, portanto, de um tema que ainda deve ser amplamente debatido e investigado apesar dos muitos avanços realizados neste início de século em questões relacionadas à educação. Partindo-se de reflexões sobre os espaços escolares, alunos e indisciplina. A indisciplina escolar não se trata de uma ocorrência estática, está cada vez mais se evoluindo nas escolas (GARCIA, 1999). É como nos mostra Amado (1999, p. 25):

Quando dialogamos sobre indisciplina, não falamos de uma mesma ocorrência, mas de uma desigualdade de ocorrências em seguida de uma idêntica significação". Em vista disso, nos tencionamos neste tópico refletir sobre a escola uma vez que é lá que a indisciplina é arquitetada. E, além do mais, refletindo sobre a escola é possível conhecer melhor seus protagonistas sociais, especialmente os estudantes, em razão de que são eles que contribuem a entrelaçar o sentido de indisciplina, presente no âmbito escolar (GARCIA, 2005).

Analisando a história da educação, quando do advento da sociedade moderna, verificamos que as funções relacionadas à Educação, até então de responsabilidade das famílias, da igreja e da comunidade, foram tornando-se transportadas para uma instituição formada pela sociedade "a escola". Portanto, foi o desenvolvimento histórico da humanidade que fez surgir a necessidade de se criar e de se manter essa instituição especializada em fornecer às pessoas as informações mínimas e a preparação adequada à vida social.

Observamos, portanto, que por toda extensão da sua história, a escola vem atribuindo-se cada vez mais particularidades específicas, envolvendo desde atitudes relacionadas com a comunidade onde está incorporada, com os princípios morais e éticos preservados por ela, configurando-se uma instituição onde as condições histórico-sociais são determinantes. O que se aguarda da escola é que ela própria prepare os cidadãos em sua totalidade: social, política, espiritual e para o mercado de trabalho, desenvolvendo suas competências e habilidades.

Segundo Rodrigues (1993), a escola deve ser um lugar de novos conhecimentos, possibilitando a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade. Outro aspecto relevante e que está relacionado com a função da escola e sua importância para a sociedade reside no fato de que a escola passou a ser um importante instrumento de transmissão do legado civilizacional, vivenciando momentos simultâneos de criação-conservação, de tradição-inovação.

Quando tudo isso ocorre com estabilidade pode-se garantir que a escola cumpre seu propósito, passando a ser ferramenta e ambiente onde as sociedades localizam-se para propiciar educação, passando, desse modo, a representar um mecanismo de cultura (MARQUES, 2001, p. 17). Acrescentando, Estrela (1992) consolida-se que a inaugural e principal atribuição da escola seria, espontaneamente, a de disseminar a cultura.

Para a referida autora, as demais funções realizadas pela escola como o encargo político de apontar para a democracia, a função social e o encargo de preestabelecer para o mercado de trabalho articulam-se com a função natural e principal que é a transmissão da cultura. Ao retratarmos sobre a escola como mecanismo de cultura, nos retrocedemos para a atitude da construção da cultura escolar.

Tendo em vista que vai se institucionalizando por meios de normas, padronizações e análises a cultura escolar, vai sendo incorporada e vivenciada pelo coletivo escolar. Desse modo, a cultura no entendimento dos seus indivíduos, tais como os estudantes, pode fornecer indícios importantes sobre temáticas relevantes da forma que a indisciplina escolar.

Ao adentrarem na escola, os estudantes entram em diálogo com a cultura característica dessa instituição, são persuadidos por ela e podem persuadi-lo da mesma forma. Na hipótese da indisciplina escolar, parece-nos que ela se evidencia no contexto da transferência cultural. Os alunos, muitas vezes, resistem à cultura escolar, tentando impedir, não só o trabalho da escola, como o trabalho da cultura em si mesma.

Essa obstinação pode ser conceituada como uma princípio de indisciplina, do mesmo modo que nos sugere Amado (2001). Para aquele protagonista, a escola passa a ser um espaço de conflito ativo, onde os estudantes enfrentam a valores que se contradizem aos seus, aos de sua agremiação, dando origem ao que ele denomina de “contracultura”. E a indisciplina seria capaz de ser absorvida como “resistência”. Levando em conta a legislação educacional vigente, deseja-se a formação de um estudante crítico e reflexivo, por intermédio da instrução para a cidadania. E, que esse estudante seja apto de interferir sobre a realidade que se mostra, além de habilitá-lo para o mercado de trabalho.

Entretanto, o que se apresenta, reiteradamente, que exercita o pensamento crítico no âmbito escolar, pode acabar em conflitos. Os docentes, ao que tudo indica, não encontram-se preparados ou não interessam-se em lidar com discentes que aproveitem à contestação como forma de sentenciar. Torna-se insocial para a escola, especialmente, para os docentes, compreender que o discente contestador é membro de uma sociedade que progrediu bastante na superação de uma cultura de repressão e que não submete-se às aulas “pouco plausível”, descontextualizadas e fundamentadas em convivências autoritárias.

Em conformidade Garcia (1999) esse descontentamento dos estudantes precisa ser analisado mais à frente do rótulo de indisciplina, e ser refletido com expressão de uma consciência social em elaboração. Compreendemos que, se a escola não evoluir, principalmente, aceitando que os estudantes pratiquem o senso de cidadania, motivando-os para refletir e resolver conflitos, teremos estudantes incapazes de participar de significativos momentos em que são requisitados posicionamentos frente às questões sociais e pedagógicas que norteia o trabalho da escola, principalmente, às relacionadas a programação escolar.

O desenvolvimento social do aluno e sua formação integral passaram, pois, a ser prioridades no cotidiano escolar, trazendo mudanças à relação professor-aluno, e à visão do que é escola hoje, e da própria noção de indisciplina, e de suas implicações e sentidos. Sabe-se que a escola acolhe alunos de diferentes origens, social, cultural, étnica ou econômica, abrigando uma população heterogênea, sem contar as disparidades cognitivas e 9836 afetivas entre o alunado (TARDIF, 2002, p. 129).

Apesar disso, segundo Marques (2001, p. 37.), a escola deve dar aos alunos as competências básicas e a cultura geral, comuns a todas as ocupações nas sociedades tecnologicamente desenvolvidas e são esses alunos que, à proporção em que prosseguem em sua escolaridade, constroem seus pontos de vista com relação à escola e além disso com relação à indisciplina escolar. Um número bastante considerável de pesquisas já foi realizada considerando a visão dos estudantes sobre a escola e acerca da indisciplina escolar.

A partir de tais estudos observamos que os alunos constroem visões sobre a escola, falam, criticam, deixam transparecer a vontade que possuem de que a escola seja melhor, que ensine mais, de um jeito mais agradável e diferente. Suas falas refletem o desejo de serem ouvidos, de participarem nas decisões e nos planejamentos.

A escola que lhes oportunizar e admitir essas participações, tornar-se-á a melhor, a mais atraente e agradável, a diferente. Ainda, segundo Marques (2001), em momento algum os estudantes deixam revelar que a escola não é significativa, apesar de deixarem revelado que não é “essa” a escola que almejam. Entendemos que os estudantes, por meio, de seus pontos de vista, auxiliam a compreender muitas ocorrências que acontecem no cotidiano escolar, no meio delas, as associadas à indisciplina escolar. É importante tentarmos saber as visões dos estudantes sobre a indisciplina escolar, pela razão de que, ao falarem, os estudantes ressaltarão particularidades do conceito, das causas e dos comprometidos no que se refere a indisciplina, dos admissíveis encaminhamentos e das intencionalidades que estão posteriormente das expressões de indisciplina, sendo aptos de expor a relação entre as expressões e os motivos da indisciplina na escola.

A conexão entre docente e discentes

Um dos grandes pontos em discussão quando se fala de indisciplina e a relação entre o professor/aluno. Uma relação que é construída a partir da vivência do dia-a-dia em sala de aula. Essa relação tem um papel fundamental, ou seja, muito importante no processo ensino-aprendizagem. Por isso se a necessidade de fazer uma relação equilibrada, harmoniosa. “ Onde o aluno aceite o professor e sua disciplina, caso isso não acontece, essa relação poderá ser afetada e o professor não conseguirá motivar despertar o interesse do aluno” (VASCONCELOS, 2001).

A Indisciplina, muitas das vezes é uma resposta ao autoritarismo do professor, o aluno nem sempre é de acordo com as exigências que são feitas em sala de aula. Mais uma postura relevante a ser considerada é da forma pela qual foi determinada se resulta coercivamente, ou especificada com base em preceitos democráticos. Empenhar-se autoritariamente, o indivíduo pode não se considerar obrigado a realizar-se, e indisciplina

pode ser um discordância em conexão à autoridade. (AQUINO, 1996, p.110).

Ao refletimos sobre os fatores relacionados a indisciplina na sala de aula se faz necessário considerarmos a postura pedagógica adotada pelo educador, vez que ela, sabe-se, influencia diretamente sobre relação professor versus aluno e o tipo de trabalho desenvolvido em sala de aula e por extensão, tal postura como lhe é inerente, também influenciará no resultado de todo o esforço pedagógico empreendido ao longo da trajetória da turma educando.

O componente “conduta pedagógica” que se transpõe especificamente pela austeridade com que o professor se manifesta na companhia da sua turma de tal maneira pessoal, material física e comportadamente, no que se refere aos métodos educativos empregados com vistas à sua autoridade afim: ensinar, é por demais importante no diagnóstico do aprendizado do aluno, bem como nos diagnósticos de elementos outros, tais, como indisciplina em sala de aula. Assim, tem-se que uma postura equivocadamente adotada pode causar danos inseparáveis se não em toda turma, em parte dela. Verdade seja dita, a postura pedagógica que o docente manifesta na presença de seu discente tem conexão direta com muitos prejuízos de disciplinas diante dos quais se depara, podendo inclusive ela, sua postura errônea o verdadeiro agente disseminador e/ou genético as desordens em sua sala de aula.

Torna-se bastante curioso o evento de que alguns professores espontaneamente conseguem conquistar respeito, carisma, enaltecimento, admiração e afeição de seus alunos por sua peculiaridade e/ou pela metodologia aplicada em seu trabalho e à vista disso, consegue da mesma forma prender a atenção deles no decorrer de suas aulas.

O reverso do espelho também se observa: há professores que entram em suas salas de aula e a sensação aparente é de que não entrou ninguém no ambiente, os alunos que conversam, ignorando a sua presença na classe, continuam a fazê-lo, os que dormitavam, assim permaneceu.

Agressão/Indisciplina

De acordo com Charlot (1997), a concepção de violência escolar é possível ser classificada em níveis. No primeiro nível, ficaria a violência acertadamente explicada, da qual definição mais se assemelha daquela do conhecimento vulgar (senso comum), caracterizadas por golpes, hematomas, violência psicológica e sexual, roubos, crimes, depredações, etc. No segundo nível, ficaria o das incivildades, do qual aspecto de expressão ficariam as humilhações, as palavras ríspidas, a falta de reverência, etc. Por fim, no terceiro nível, incluiríamos a violência simbólica ou institucional, absorvida como a falta de significação de continuar na escola por muitos anos, o aprendizado como um descontentamento, que obriga o estudante a aprender assuntos e conteúdos indiferentes às suas preferências; as exigências de uma sociedade que não é capaz de acolher os seus estudantes no mercado de trabalho, a violência dos vínculos de poder entre docente e discente.

De natureza igual, ainda é a negação da identidade e do contentamento profissional dos docentes, a obrigação de aguentar o absentismo e a indiferença dos discentes. La Taille (2002) retratando-se a concepção de indisciplina, apropria-se como sinônimo de moral, ficando esta o respeito pelas normas (leis) que são julgadas obrigatórias. Prontamente, se disciplina dá a entender respeito às leis, conseguimos concluir que indisciplina, configura justamente à desobediência às leis (ou normas).

Tal caracterização de indisciplina está em compatibilidade com a maior parte do que pensam e relatam os docentes. No livro *Violência nas Escolas* (ABRAMOVAY e RUA, 2003), que oferece o mapeamento das ocorrências da violência no âmbito escolar em treze capitais brasileiras, a caracterização de violência é utilizada de maneira bastante globalizante pelas autoras. Dentre ademais formas de violência, disserta sobre a tal que é praticada contra o indivíduo, inserindo aí as adversidades de gênero e racismo. É uma confirmação de que a ocorrência começa a ser analisada acima de suas elucid ações físicas.

Apesar de que aconteça significativas distinções entre autores de vários países e de conceituação, conseguimos perceber que há uma aceitação no que compete às causas, ficando estas classificadas heterogêneas, referindo-se a uma verdadeira combinação

causal. Diretamente por ser designada por sua complexidade, a ocorrência da violência e indisciplina escolar reivindica, em vista disso, pesquisas interdisciplinares que se sugestione a buscar razoáveis alternativas, da mesma forma o entendimento de questões com as quais disponha de alguma conexão.

Ao tratar o assunto, Aquino (1996, p.41), mostra que “um olhar sócio- histórico, dispondo como uma base as ressalvas culturais, poderá delinear novas configurações, individualizando o problema enquanto interdisciplinar, inclinado à Pedagogia e precisando ser tratado por uma multiplicidade de áreas em volta das ciências da educação.”

Existem, até então, dois outros aspectos que constituem a violência mais como consequência de fatores sociais. Estes aspectos têm como fundamentais representantes Winnicott e Lacan, na devida ordem. Conforme o primeiro, a violência é uma resposta à frustração. Desta forma, quando um sujeito encontra-se em circunstância de intensa frustração, tal violência é capaz vir à tona. De antemão Lacan, que associa a violência e a brutalidade à ruptura do retrato narcísico, alguma ocorrência interna ou externa que ataque a imagem que o indivíduo tem de si, pode resultar em demonstrações de agressividade, que possuiriam a finalidade de restabelecer a autoimagem. Para uma definição mais englobante do que seja a violência, é reiteradamente necessário conferir a teoria do desenvolvimento moral de Piaget (1932).

Para a teoria do conhecimento humano (epistemologia), a moral é um processo progressivo que é capaz de ser descrito por fases, amadurecendo-se quantitativa e qualitativamente no sujeito. Segundo esta teoria, o sujeito não é uma entidade isolada, muito menos, a sociedade é um todo. Um e outro são produtos de conexões interindividuais, em outras palavras, são conexões sociointeracionistas. Em vista disso, a forma de se comportar é o resultado da conexão que o sujeito determinou com o meio social. Por consequência, o sujeito indisciplinado e agressivo não teria atingido êxito em seu desenvolvimento moral.

O termo moral é entendido como conjunto de normas e valores que aspiram o equilíbrio da sociedade. Ao investigarmos as teses relativas à psicanálise e piagetianas, não se intenciona questionar suas legitimidades ou contrapô-las, no entanto, como se tratam de teorias que obtiveram grande adesão no campo educacional, cabe averiguar qual tem sido

a aplicabilidade de ambas na compreensão da indisciplina e da violência. Pela psicanálise, conseguimos concluir que existem estabelecidas características inerentes ao ser humano, o que explicaria a existência de estruturas de personalidades mais favoráveis à violência. Torna-se improvável que conseguimos negar a ocorrência de que as instituições brasileiras estejam ficando ineficientes em encaminhar a agressividade inata ao ser humano em meios socialmente permitidos.

Quem sabe conseqüentemente, ignorarmos que o grau de razoabilidade à frustração parece encontrar-se no prelúdio da sociedade, devido à falta de ponto de vistas de mudanças. Ainda assim, tanto as teorias de caráter mais individualizantes quanto as de proporção mais socializantes, constituem os motivos da violência/indisciplina como tendo natureza externas às práticas institucionais escolares. Igualmente se utiliza na teoria piagetiana, sendo que podemos inferir que o sujeito indisciplinado o é pela maneira característica de se relacionar com as normas sociais. Neste pressuposto, o meio social é o componente que teria falhado em assessorar adequadamente o indivíduo a se conectar com as leis.

ESCOLA E FAMÍLIA: UMA COMBINAÇÃO VITAL PARA A RESILIÊNCIA DA INDISCIPLINA

A instituição escolar reflete em seu âmbito os contratempos e inquietações dos setores econômico, social, político, emocional e afetivo, no meio de outros, "onde as subjetivações das circunstâncias vividas nesse tempo acontecem [...] com todo extremismo" (Justo, 2010, p. 37). Dessa forma, não é de se estranhar a ocorrência das aflições e surgimentos da indisciplina estarem sempre possíveis como um "barril de pólvora" (p. 37), reproduzindo-se como "um dos maiores impedimentos pedagógicos do nosso tempo" (Parrat-Dayan, 2008, p. 9). Ainda que a indisciplina seja um problema universal, "nos países mais pobres, as matizes tornam-se maior" (p. 10).

Em conformidade com o Relatório do PISA, "as salas de aula no território brasileiro são mais indisciplinadas do que a média de demais 66 países analisados" (OECD, 2009, p. 10). Certificam nessa liderança os achados de Rosso e Camargo (2011), ao narrarem que, com a desafeição e o desrespeito, a indisciplina é um dos componentes que mais provoca desgaste no professorado.

A indisciplina no âmbito escolar não é uma polêmica recente; de maneira oposta, é uma ocorrência do qual conceito, as causas, o motivo a razão de ser diferenciam no espaço e no tempo (Estrela, 1992). Nas últimas décadas, a questão da indisciplina tem tornando-se instrumento de incontáveis averiguação que buscaram conceituá-la e explicá-la. Os estudos transitam entre as esferas teóricas da Sociologia, Psicologia, Pedagogia e Psicanálise; os protagonistas do amplo processo de ensino-aprendizagem, docentes ou discentes; o âmbito escolar, doméstico ou social (Ledo, 2009).

As repercussões desses estudos mostram que professores e alunos tratam a indisciplina como uma ocorrência esporádica, de índole individual (Belém, 2008). Além do mais, nessa dinâmica de esporadicidade as explicações oscilam de conformidade com as preferências em jogo e de uma geopolítica fictícia, em outras palavras, uma disputa de poder que envolve as relações escolares, "persuadindo e aprofundando a ocupação dos recintos instituídos de professores e alunos" (Aquino, 1996, p. 156), o qual transporta a um constante campo de lutas entre esses protagonistas escolares. Nesses ponto de vistas, não se enxerga a indisciplina como uma ocorrência intrínseca da relação do dia a dia entre professores e alunos, que é transporte pela cultura e por princípios sociais (Belém, 2008;

Rosso; Camargo, 2011).

À vista disso, entende-se a indisciplina como uma ocorrência complexa, de múltiplas razões, "em virtude de que articula diversas dimensões" (Parrat-Dayan, 2008, p. 15). Pedro-Silva (2010, p. 28) destaca que as razões da indisciplina escolar estão articuladas com a ética e a moral, e salienta que a emergência da indisciplina está atrelada "a razões sociais mais expandidas e outras mais associadas à política educacional".

Em conformidade com Rebelo (2011), o discente não é o único atribuído pela indisciplina, como consideram muitos protagonistas escolares, e defende diversas causas e sujeitos da indisciplina. Para Almeida e Bahia (2008, p. 135), a indisciplina encontra-se na incapacidade da escola de inserir alguns discentes que não possuem os caracteres por ela esperado, não integram as diretrizes escolares e, conseqüentemente, concentram problemas de caráter escolar e de aprendizado, "possibilitando [...] a indisciplina e negligência que se traduzem em omissão de respeito dos discentes com seus docentes" (p. 135).

Dispositivos e estratégias de ensino: suplantando as disciplinas

Ainda que a indisciplina esteja associada a múltiplos agentes internos e externos à escola, "ao docente é reivindicado que lhe dê a excelente resposta de caráter pedagógico" (Amado, 2001, p. 1). Parrat-Dayan (2008, p. 139), num ponto de vista piagetiano, julga a indisciplina "um indício da péssima adaptação do sistema escolar às carências de cultura e de saber da sociedade contemporânea". Conforme a autora, para a suplantação da indisciplina há exigência de uma mudança na educação em seus distintos níveis, objetivando à estruturação de uma escola democrática, que tenha o discente por princípio e fim.

Ao desapontamento das queixas, as contribuições dos estudos não têm alcançado juntar estratégias de enfrentamento, sequer romper com condutas caracterizadas, uma vez que seus resultados precisarão ser transformados pelos protagonistas escolares para chegarem à escola, levando em consideração os currículos de leitura do contexto escolar (Gatti, 2001). Desta forma, com suas vivências e elucidações tópicas sobre a (in)disciplina (Parrat-Dayan, 2008), qualquer docente amplia as discussões entre colegas, gestores, familiares e discentes, dentre outros. De individual, a indisciplina torna-se uma temática

circulante e compartilhada nas escolas; no entanto, inversamente ao seu andamento, encontram-se princípios teóricos em sua argumentação (Estrela, 1992).

Esses conceitos não se identificam simplesmente nos planos subjetivos ou intrapessoais, ainda sim são movimentadas e compartilhadas; em vista disso, são sociais. Tornando-se "teorias espontâneas" (Jodelet, 2007) de docentes submersos no contexto escolar, as representações sociais carregam corpos teóricos com o objetivo de traduzir ao incômodo e desagradável, de papéis e expectativas frustradas. São autênticas reconstruções que procuram o consentimento e a legitimação de posicionamentos. Nesse contexto, os docentes constroem seus conceitos sociais sobre a diretriz ou a sua violação; sobre a disciplina e a indisciplina.

Com esse suporte, pergunta-se: quais são os conceitos sociais dos docentes da Educação Básica das escolas estaduais de Ponta Grossa-PR em relação a indisciplina no contexto escolar? Procede-se do princípio de que "toda intervenção focada na transformação da realidade social resulta uma valorização das sabedorias populares" (Jodelet, 2007, p. 53), baseada no diálogo (Freire, 1987). À vista disso, se dispuser da pretensão de se modificar a cultura escolar sobre as complicações disciplinares, o passo inicial é captar a perspectiva de mundo e os conceitos sociais de seus protagonistas.

Sendo assim, o estudo tem por objetivo aplicar-se a provável estrutura das representações sociais dos docentes sobre a indisciplina no âmbito escolar. Por meio de renovação das peculiaridades e definições dos docentes no que se refere a "discentes indisciplinados" e em relação as explicações dos "motivos da indisciplina", é legítimo ter a possível estruturação do núcleo central e do sistema periférico da representação social docente sobre a indisciplina.

Os pressupostos iniciais de estudos são as subsequentes: a disciplina é sobrevalorizada, atribuindo-se uma condição de finalidade; são poucos classificados os aspectos didáticos/pedagógicos geradores de situações de indisciplina em sala de aula. Almeja-se, com o desenvolvimento do estudo, obter componentes que subsidiem práticas tendo em vista à gestão escolar e à formação de docentes.

As respostas da indisciplina no rendimento escolar

A escola sofre reflexos do meio em que encontra-se incorporada. A contrariedade disciplinar é frequentemente, reverberados nos conflitos da família e do meio social circundante. As pessoas que circundam o discente, mais convenientemente as pessoas da família, influenciam bastante no seu comportamento, em vista disso os pais são os primeiros educadores. A excepcional influência do que em todos os dias tratam com os discentes reproduz-se em muitos das ações praticadas por eles. A prática da família inicia-se desde o berço, com antecedência da ação da escola. Tendo uma gigantesca relevância à ação familiar na laboração educativa, caracterizada pela escola, nela inspira-se uma íntima cooperação, que deverá manifestar a ajuda mútua na conquista do ideal educativo.

Para uma educação idealmente construída, a disciplina deveria ser consequência voluntária da escolha livre e, como consequência da disciplina, a liberdade deveria enriquecer-se de possibilidade, não sendo antagônicos os dois princípios de liberdade e de disciplina. A atmosfera da aula precisa ser de liberdade e de benevolência, de maneira a permitir que os discentes subtraíam consciência dos seus valores e procedam em sintonia com eles. A autonomia o direciona a autodisciplina, não demonstrando, todavia, que o docente tenha uma postura de indiferença, ou de desinteresse perante os discentes. E sim o oposto, as suas atitudes, ainda que democráticas, devem ser persistentes e firmes.

No momento presente, cada vez é mais insociável estabelecer a disciplina e fazê-la obedecer. É que, atualmente, a posição do discente é muito distinta da que conheceram os seus pais e os seus avôs. Estes experienciaram entre a família e a escola. Em mecanismos homogêneos, com todo o povo, admitiam as formas de vida aceitas pela maioria e recusavam quaisquer outras. Com a decorrência da evolução dos contextos gerais de vida, em todos os mecanismos, as crianças converteram-se mais independentes, menos decididas a respeitar à autoridade dos maiores de idade. Atualmente, vive-se em uma sociedade em que crianças e jovens em alguns contextos não têm limites, muito menos, normas ou regras.

(...) as crianças na época atual não tem limitações, não admitem a autoridade, não consideram as regras, a responsabilidade por esse motivo são dos pais, que teriam se tornado bastantes tolerantes. (AQUINO, 1998, p.7).

Conseguimos considerar que atualmente alguns discentes, transformaram-se indisciplinados, sem limitações, sem normas, sem regras, em outras palavras, abnegam uma benevolente educação; sentem-se que são donos de si, e que não necessitam aceitar ou respeitar ordem de nenhuma pessoa. Esse modelo de discentes é aquele que é bastante mimado, que tudo tem que estar a sua obtenção, ao tempo e a hora; considera também que os pais têm que comprar tudo que anseie. Esse modelo de discente chega à escola, quer causar o mesmo na sala de aula, esbraveja e dá ordens nos colegas, e quer inclusive ordenar o docente calar a boca.

Em conformidade com Júlio Groppa Aquino (2003). (...) a indisciplina se discorre de uma ocorrência escolar que excede limites socioculturais e além do mais econômicos. Como afirma Aquino; a indisciplina de fato não existe simplesmente na retaguarda da esfera sociocultural, ou econômica, ela nasce além do mais por meio da falta da delicadeza, da afetividade, do resgate de valores humanos, social e cultural.

Prováveis razões que contribuem para a indisciplina no rendimento escolar

A indisciplina no âmbito escolar está na regra do dia. As inquietações de professores, pais e magistério em geral, relativos às condutas escolares dos estudantes, têm tornados consideráveis nos presentes anos. Verifica-se que na perspectiva educativa, a indisciplina colabora para a exclusão escolar, produzindo uma contrariedade social grave. Devido a indisciplina dentro das escolas, milhares de alunos vêm pagando um auto preço com sua própria educação.

O motivo de tudo isso está acontecendo em nosso País, é devido as baixas taxas de rendimento escolar. Isso gera um transtorno não só para o aluno, como também para pais, professores e principalmente para a qualidade da educação no geral. Para Aquino (1996, p. 40), “mesmo na eventualidade de que o acontecimento da indisciplina represente uma antiga problemática conhecida de todos, sua significância pressuposta não é de tal maneira clara”.

A origem das condutas ditas indisciplinadas é capaz de estar em múltiplos fatores: alguns conectados a questões associadas ao professor, substancialmente na sala de aula; outrem focalizados nas famílias dos estudantes; demais comprovados nos estudantes; já outros ocasionados no desenvolvimento pedagógico escolar; e outros alheios ao contexto escolar. Problema social grave.

As atuações e estratégias de gestão para conter os impactos da indisciplina no processo de ensino-aprendizagem

A indisciplina dos estudantes constitui, na atualidade, o principal fator de mal-estar docente para muitos professores, de acordo com os resultados obtidos em diversas investigações (JESUS, 1996). Sobretudo nos últimos anos, tem-se verificado um aumento da frequência e da gravidade das situações de violência nas escolas e de indisciplina dos estudantes na sala de aula, nomeadamente das agressões verbais e físicas entre os estudantes e destes aos professores e funcionários, fomentando um clima de medo e insegurança entre os estudantes, sobretudo mais novos e disciplinados, os pais, receando pelo que possa acontecer aos seus filhos na escola, os docentes e os funcionários, pela agressividade que os discentes possam manifestar.

Numa pesquisa há pouco tempo atrás realizada em Portugal, por parte do Ministério da Educação (Instituto de Inovação Educacional), acerca da “A violência nas escolas” (VALE e COSTA, 1998), na qual participaram aproximadamente 5000 estudantes dos 8º e 11º anos de escolaridade, de 142 escolas, foram obtidos resultados que traduzem as proporções que as situações de indisciplina começam a ter no nosso país, detalhadamente ocorreu que 42% dos estudantes já ouviram desacatar um professor na escola.

Também numa outra investigação recentemente realizada no nosso país (CURTO, 1998), com alunos do 7º ano de escolaridade, verificou-se que a maioria dos alunos inquiridos considera que as turmas de que fazem parte são “pouco disciplinadas” (46%) ou “indisciplinadas” (13.3%), comparativamente aqueles que consideram as suas turmas “disciplinadas” (34.5%) ou “muito disciplinadas” (3.5%).

Face a estas situações começam a ocorrer manifestações de saudosismo relativamente às práticas utilizadas no passado e, entretanto, criticadas e abandonadas em países considerados dos mais desenvolvidos do mundo e que constituem modelos de democracia, liberdade e inovação. Nos EUA é onde estas manifestações ocorrem de forma mais radical com a defesa do castigo físico nas escolas por responsáveis políticos, a expulsão da escola de uma criança de 6 anos por ter beijado na face uma colega, e a oferta, por associações de professores, de cursos de judô para que os professores se defendam dos alunos.

Além disso, alguns responsáveis políticos de países da Europa defendem a reintrodução do castigo corporal, nomeadamente a Ministra da Educação e do Emprego de Inglaterra. Em Portugal, embora as situações de indisciplina (ainda) não tenham as proporções que se verificam nestes países, já há manifestações de saudosismo que apontam no mesmo sentido.

Especificamente, num estudo de opinião, metade dos participantes defende a reintrodução de regadas pelos professores (FERNANDES, 1996). Por seu turno, a Confederação de Pais (CONFAP) considera que deveria haver mais castigos nas escolas, afirmando que “as estatísticas podem dar a ideia de que está tudo bem, o que não é verdade” (LIMA, 1997, 20), pois em 1996, de mais de um milhão de estudantes das escolas públicas portuguesas, houve apenas vinte e sete suspensões por períodos idênticos ou superiores há oito dias, na ocasião em que a frequência de situações de indisciplina graves, particularmente a agressão aos professores, é bastante elevado.

De acordo com (JESUS, 1996), as estratégias de punição, ao que tudo indica eficazes por ocasionarem medo nos estudantes, simplesmente apresentam resultados em curto prazo, tornando-se inevitável aumentar a intensidade e a frequência da punição para continuar a ter os mesmos efeitos sobre o comportamento destes.

Além do mais, o professor atua como protótipo agressivo no momento em que deveria oferecer um exemplo de firmeza e serenidade aos seus estudantes. No que lhe diz respeito, as suspensões são conceituadas por muitos estudantes indisciplinados na qualidade de “uns dias de férias”, não havendo as implicações punitivos que tinham no

passado ao grau da sua conduta.

Levando em consideração que a realidade atual é completamente distinta e que as adversidades devem ser analisadas no enquadramento histórico-social em que acontecem, não nos assemelha que o retorno às convenções de educação escolar empregadas no passado possa constituir o caminho mais adequado para resolver as adversidades que se colocam aos professores nos dias atuais. Saímos-nos de uma educação escolar particularizada por um excelso autoritarismo para um sistema excessivo permissivo, tornando-se essencial encontrar um ponto de austeridade.

Em particular, no que se refere à gestão da indisciplina dos estudantes, é necessário uma atuação apropriada em diversos níveis, principalmente no propósito sócio-político, no planejamento da organização e gestão das escolas, no plano do trabalho dos professores em equipa e no plano da colaboração entre professores e pais, para além das estratégias que o professor pode utilizar na sala de aula.

Logo depois, apresentamos alguns dos métodos que os professores podem fazer uso para prevenir e gerenciar situações de indisciplina dos estudantes:

- Conservar-se sempre impassível, sereno, criterioso e seguro, no sentido de exemplar o comportamento dos estudantes;
- Ser flexível, desde que coerente e estável, na forma de atuação, podendo alguma surpresa no comportamento do professor em relação aos alunos permitir uma maior eficácia na influência sobre estes (por exemplo, o professor pode aproveitar e manifestar humor nalgumas situações inesperadas em vez de ficar perturbado com elas);
- Evitar confrontos desnecessários, sendo mais tolerante (por vezes, é preferível que o professor faça que não percebe ou que deixe passar algumas situações menos graves do que tentar controlar todas as situações, pois pode perder a eficácia na atuação quando realmente se justifica intervir);
- Nunca se esquecer que também já foi aluno, criança ou adolescente, e que também gostava de brincar;

- Evitar categorizar ou rotular os alunos indisciplinados, pois pode estar a contribuir para a manutenção do comportamento destes (por exemplo, não dizer “tinhas que ser tu”);
- Não se dispersar dos estudantes indisciplinados, somente estabelecendo relação com eles no momento em que apresentam condutas de indisciplina, uma vez que nenhum discente é sempre indisciplinado no decorrer de todos os minutos em que acontecem as aulas;
- Tendo em conta que os comportamentos de disciplina também podem ser aprendidos, enfatizar os aspectos positivos do comportamento e da aprendizagem dos alunos, encorajando os seus progressos e fomentando uma expectativa de autoconfiança (por exemplo, dizer “sei que és capaz”), não estabelecendo interação apenas quando o comportamento é incorreto ou quando há in-sucesso na aprendizagem;
- Dialogar com os alunos indisciplinados, procurando compreender os motivos que estiveram na base dos comportamentos identificados e fazendo com que estes alunos também compreendam o papel do professor, no entanto, acima de tudo que o professor da mesma forma é um ser humano, e que “ninguém é de ferro” que tem de ser respeitado;
- Fazer de forma que os alunos retornem a reconhecer que podem vir a atingir resultados escolares favoráveis e positivos;
- Orientar a participação dos alunos para as matérias em análise, valorizando e incentivando essa participação;

As estratégias, acima discorridas, são algumas que os professores podem aproveitar na direção de uma maior perspectiva na gestão da disciplina dos estudantes na sala de aula. Todavia, não existem receitas absolutas e cada professor tem de buscar aprender a começar da própria experiência, tornando-se indubitável consigo mesmo. Principalmente, se o docente almeja ser respeitado pelos seus discentes, tem que ele mesmo respeitar-se e estimar as suas virtudes pessoais e profissionais.

Assim, uma das regras que o professor deve ter em conta é tentar analisar o seu próprio comportamento face às situações de Estratégias para motivar os alunos a vencer a indisciplina e procurar aprender com essas experiências, no sentido de um maior autoconhecimento e aperfeiçoamento progressivo.

ESCOLA E COMUNIDADE: NOVAS TRAJETÓRIAS E EXPECTATIVAS

Viver a prática da democracia é fazer da escola um espaço democrático, onde as pessoas possam dialogar e expor suas opiniões. Essa relação dialógica entre escola e comunidade só será possível se a cada dia, conseguirmos ler não apenas palavras, frases, textos, mas também a realidade social que nos cerca, percebendo-nos como sujeitos educativos que ao aprender ensinamos e ao ensinarmos aprendemos.

Sabemos que a gestão democrática e participativa veio para romper com a cultura do individualismo onde a escola era vista, apenas dentro das paredes, muros, grades e portões, submetidos às determinações do sistema educacional. Incentivando a participação além dos espaços privados da casa, do bairro, estabelecendo assim, uma relação além-fronteiras. A partir daí a cultura passa a se transformar, ampliando um novo significado nas relações sociais e políticas. O espaço público começa a ser reconhecido porque há uma relação maior, um trânsito entre as famílias, a comunidade e a escola.

Por essa razão, trabalhar coletivamente é mais favorável para a instituição escolar como um todo, ainda que não seja uma tarefa permanentemente fácil. Contudo, é justamente, pela atuação coletiva que a escola se fortalece e se consolida, mostrando sua competência de se organizar e construir um trabalho pedagógico de excelente qualidade. É importante entender que a escola precisa preocupar-se em atender as necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e a longo prazo, com a finalidade de construir uma identidade própria.

Se a escola não for um prolongamento da comunidade, um pensar e um transformar esta mesma comunidade, serão mínimas as condições de realização do processo educacional da educação voltada conscientemente para a liberação do homem (PAVIANI, 1988).

É de fundamental importância que a escola esteja em constante articulação com a comunidade à que serve. Ao longo da evolução da sociedade, a educação perdeu seu caráter comunitário e a escola ao se distanciar da comunidade, criou a artificialidade ao fechar-se em si próprio, ao ignorar toda a contribuição que a comunidade poderia trazer-lhe.

A conexão Escola/Comunidade

A relação escola-comunidade encontra-se hoje deteriorada, inexistente. É preciso resgatar sua contribuição, para que a educação, a escola, seja de qualidade e possa atender realmente aos interesses e aspirações daqueles que a frequentam. Se toda ação educativa visa essencialmente criar consciência da realidade, como pode a escola fechar-se em si própria.

É mister a reaproximação da comunidade na escola, para que a ação educativa se desenvolva de maneira plena e atenda aos reais interesses de sua clientela. A clareza de que a comunidade é parte do processo educativo, deve estar presente no processo de organização da escola e ser o alicerce da gestão democrática. Para falarmos de comunidade, faz-se necessário tentar entender o que significa o termo comunidade. Fugindo da definição semântica, quando pensamos em comunidade, pensamos num grupo de pessoas, um certo grau de solidariedade, integração, participação, espontaneidade, sentido de realidade, vontade de resolver as coisas em conjunto e organização.

Ao pensarmos em comunidade escolar, pensamos nas pessoas que estudam e trabalham na escola. Excluímos os pais, o que constitui erro fundamental. Mas, para que a comunidade extraclasse participe do projeto coletivo da escola é preciso mudar a fisionomia da própria comunidade escolar.

Esta precisa tornar-se verdadeiramente comunidade, evitar o corporativismo, estimular a participação interna de maneira que possa abrir-se para a comunidade externa e trazer esta para o dia-a-dia da escola. A ausência da sincronia entre a escola e a comunidade constitui um problema básico que exige ser superado. Paviani (1988) informa que uma escola sem as marcas do contexto, sem identidade social e cultural, torna-se alienada, utópica, artificial, estática e uniforme, sem vida e sem flexibilidade. E acrescenta:

Uma escola sem a fisionomia de sua comunidade sem olhos, mãos, braços, enfim, um corpo capaz de sentir o mundo externo, não pode realizar a comunicação de conhecimento, experiências, não pode transformar-se num centro cultural e destituída de identidade própria, de objetivos e diretrizes políticas específicas, não poderá deixar sua marca no aluno, e sua influência na comunidade. (PAVIANI, 1988).

As relações escola comunidade precisam ser iniciadas ou reiniciadas para que os problemas possam ser desvelados e resolvidos em conjunto. Não tenhamos a ilusão que essa interação escola – comunidade se dará de maneira harmônica, mas faz parte da convivência o conflito suportável. O que a escola não pode, sob o pretexto de desavença é ignorar a importância da contribuição da comunidade na construção da educação contextualizada.

Uma gestão democrática deve entender como pressuposto básico, que a educação não é responsabilidade somente da escola, mas, de todos os cidadãos, e buscar através de uma ação participativa, um projeto educacional apropriado e coerente com a realidade do aluno, com o contexto no qual está inserida. A comunidade escolar agora entendida como direção, professores, funcionários, alunos e pais, precisa aprender a conviver e superar os conflitos na busca de uma educação que eleve a qualidade de vida do homem.

A contribuição que a comunidade poderá trazer para a escola é imensurável. Acreditamos que a maior de todas é contextualizar a escola e a partir daí, definir objetivos, metas que possam ser atingidas e que possam atender as reais necessidades dos grupos e da própria comunidade. Propomos uma reflexão crítica sobre a importância da participação da Comunidade Escolar na gestão da escola pública, e de como esta participação servirá de alicerce para a luta pela democratização da educação.

Como ponto de partida entendemos que a escola deve abrir-se à comunidade. Esta não deverá ser chamada à escola apenas em momentos específicos. Necessitará com certeza, ser convocada a participar de forma efetiva de suas deliberações, uma vez que ambas, escola e comunidade têm a mesma finalidade que é a educação em seu sentido mais extenso. Uma maior participação da Comunidade Escolar na gestão da escola pública vem sendo possível após mudanças políticas que vêm viabilizando essa democracia. É uma participação importante que não se restringe apenas a um plano pedagógico ou tecnocrático, mas que diz respeito principalmente a um plano político.

Sabemos que a participação é aprendizagem. Aprende-se a fazer, fazendo. É um processo de aprendizagem que tende a melhorar cada vez mais a partir da prática. Mais a Comunidade Escolar convocada a envolver-se da gestão escolar acomoda um grupo que é

digno de considerações significativas, que são os pais dos estudantes. Não se pode deixar para trás o contexto social em que eles vivem e o que isso representa na maneira de ser, agir e pensar de cada um. Sabemos que parte dos pais de nossos alunos já vivenciou ou vivencia o exercício de participação, mesmo que de maneira informal, dentro das escolas ou mesmo fora delas, em movimentos de bairros, comunidades ou associações.

É um apetrecho de práticas que será analisada e que irá oferecer a sua colaboração. Mas por outra perspectiva, sabemos da mesma forma que grande parte desses pais apresenta uma certa deficiência com relação à educação, informações em geral, ações participativas, senso crítico, etc. Em vista disso, o comprometimento dessas pessoas não se promoverá naturalmente. Mas do mesmo modo não poderíamos confiar que essa parte da comunidade estivesse imediatamente pronta para participar, colaborar, decidir, e intermediar. Expectar isso seria atrasar cada vez mais essa participação. E não é o que se quer com essa nova perspectiva de gerir. Ao contrário, deve-se incentivar com insistência essa participação.

Infelizmente, o que constatamos é o pouco ou nenhum envolvimento da comunidade com a escola. Fato esse que não significa apenas desinteresse desses pais, mas um problema de ordem econômica e social, decorrente das condições miseráveis que a maioria desses pais vivem. Depois de um exaustivo dia de trabalho, esses pais representados em bom percentual pela figura feminina, não encontram disposição para irem à escola, mesmo que para receberem orientações, saber do desempenho do filho, etc.

Educação no Estado do Ceará

Atribuir este princípio implicou para o Estado do Ceará, em uma revisão do modelo de gestão da escola pública, com a opção por uma gestão democrática que oportuniza o deslocamento da decisão centralizada no poder executivo para a comunidade escolar, ensejando o rompimento com o modelo tradicional estabelecido ao longo dos anos. A eleição dos diretores, a criação dos organismos colegiados, conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais, de servidores e de professores; a escolarização da merenda escolar; a descentralização dos recursos financeiros para a manutenção da escola; a distribuição

de livros didáticos; a instalação dos laboratórios escolares de informática; a informatização da administração escolar em nível estadual são indicativos de avanços nesta caminhada.

Para Oliveira (2003) a escola pública notadamente da rede estadual tem sofrido mudanças radicais às vezes contraditórias para a leitura de quem está de fora do campo decisório. Sua gestão, além de legitimar a denominação de escola pública, traz para os usuários uma grande esperança de melhoria na qualidade do ensino no Estado. A implementação dos instrumentos gerenciais: Plano de Desenvolvimento da Escola; Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, elaborados com a participação e ou a colaboração da comunidade escolar, defende os seus anseios, retrata as necessidades da comunidade escolar, além de contribuir para a execução eficiente dos objetivos da instituição escolar, propugnando pela melhoria da qualidade da educação.

As práticas democráticas na administração da educação pública estadual têm tomado contorno a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentado do Governo do Estado, de 1995, que trata do desenvolvimento educacional em três vertentes em torno das quais se constrói uma mudança de paradigma na educação do Estado, cujo lema é “Todos pela Educação de Qualidade e Educação para Todos”, cujo alvo específico são as crianças e adolescentes que têm na escola pública a única oportunidade de acesso à educação.

A partir deste movimento social e político sintetizado pela expressão “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, a escola aparece como ponto de partida e o modelo administrativo a ser seguido é o da gestão colegiada. Tal modelo parte dos princípios abaixo relacionados percebidos nos últimos anos na política estadual de ensino citado por Oliveira (2003), uma reconhecida necessidade de mudança expressa nos planos de Governo dos últimos doze anos; contexto econômico e político favorável, traduzido pelo saneamento das finanças públicas do Estado e expressiva credibilidade de suas instituições; mecanismos efetivos de participação social, evidenciados pelas inovações dos aspectos de gestão pública e pelo dinamismo organizado da sociedade civil.

O processo democrático iniciado nas escolas estaduais possibilitou a construção de novas demandas quanto à legislação e à construção de um tipo de gestão, possibilitando à Secretaria Estadual de Educação propor uma nova legislação para garantir um avanço real

na escolha dos novos dirigentes escolares. Surge então a Lei nº 12.861/98 que ampliou o poder de decisão da comunidade escolar e garantiu maior transparência na prova de competência técnica, uma vez que a mesma foi estendida a todo o Núcleo Gestor do sistema educacional.

Também incluiu o voto universal em substituição ao voto paritário da legislação de 1995, em que professores e funcionários representaram 50% e pais e alunos também 50%. Neste contexto, entende Oliveira (2003), que a escola não é apenas a agência que reproduz as relações sociais, mais um espaço em que a sociedade produz os elementos para sua própria contradição. É um lócus em que as forças contraditórias próprias do capitalismo se defrontam.

Tendo em vista que a educação é dialética e admite formas de regulação ou libertação, a escola é ringue onde os grupos sociais digladiam por legitimidade e poder. Na gestão participativa, prevalece a tendência do trabalho em equipe e o comprometimento dos indivíduos com os resultados ou a missão da empresa, a satisfação plena do cliente e o processo decisório coletivo, que são pontos sempre comuns em todas as organizações. O modelo de gestão participativa tem em comum a informação, o treinamento e a comunicação como forma de levar os empregados a participarem ativamente da tomada de decisões e do comprometimento para com a organização.

Diante da luta por uma melhoria da educação, a rede pública de ensino do Estado do Ceará vem em sua caminhada buscando melhorar os indicadores educacionais através de programas e propostas inovadoras que aspiram à qualidade da educação pública. Em meados de junho de 2001, o Governo do Estado do Ceará instituiu o Programa de Melhoria da Educação no Estado, por meio da parceria com a Fundação Brava e Fundação de Desenvolvimento Gerencial – FDG, atualmente, Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG. Na primeira etapa, o Programa foi executado em 16 escolas pilotos, subdivididas entre os CREDE – Centro Regional de Desenvolvimento da Educação, 23 situadas em Fortaleza com o acompanhamento sistemático dos consultores do INDG e técnico dos CREDE, ao mesmo tempo, foi estendido para toda a rede estadual com suas 790 escolas.

Oliveira (2003) informa que o Programa visa à participação de alunos, pais, professores, funcionários e especialistas na elaboração de um plano de ação, a partir do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, em duas vertentes: a pedagógica e o Programa 5S.

Na vertente pedagógica, atividade fim da escola, o Programa se propôs contribuir para a melhoria dos resultados das taxas de aprovação e abandono garantindo a conquista de competências, atitudes e habilidades contempladas nos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC e Referenciais Curriculares Básicos para o Estado do Ceará.

As metas globais para 2003 foram aumentar 90% a taxa de aprovação e reduzir para 7% a taxa de abandono. O Programa 5S, a outra vertente, trabalha com a concepção de que um ambiente limpo e organizado, com um melhor relacionamento entre as pessoas torna-se mais prazeroso para a realização das atividades escolares. As metas estabelecidas para o Programa 5S em 2003 foram liberar 5% do espaço físico de cada escola e reduzir em 15% o desperdício de toda natureza.

Conexão Família/Escola

Família e escola possuem um dispositivo comum, que de acordo com Ferreira (2006) são: determinar as melhores possibilidades para beneficiar o desenvolvimento por inteiro das crianças e dos adolescentes. Este propósito reivindica dinamismo de qualidade em cada um dos sistemas, direcionados a que os discentes possam ter acesso, paulatinamente, à cultura de sua classe social num processo que reproduza de forma promissora em seu autoconceito, na competência de relacionar-se positivamente com outros e nas suas expectativas de inserir-se progressivamente em novas estruturas e sistemas.

Mas da mesma forma reivindica a vivência do conhecimento mútuo, a elaboração de vínculos e a determinação dos compromissos entre estes contextos originários como situação indispensável para que a competência de desenvolvimento de cada um deles venha a se corporificar. Qualquer escola é, por si própria, uma comunidade que determinou ao longo de sua caminhada uma história de conexão e afeto entre seus integrantes; entre o

corpo de docente. Com os estudantes, através da equipe e das famílias; em qualquer caso estes aspectos são distintos.

Em conformidade com Ferreira (2006, p. 10), “a família mais precisamente, os pais e corpo docente para que se conquiste uma boa conexão entre família-escola, outorga especialmente o compromisso na escola”. O nível em que os familiares consigam elaborar esperanças positivas em vínculo ao bem-estar e à educação de seus filhos na escola vai resultar da colhida que esta disponibilizar não simplesmente aos alunos, no entanto à família em seu grupo, da mesma forma como dos esforços designado a manter e a zelar dessa relação.

Dessa forma, existe uma multiplicidade de intervenções que estão vinculadas à cultura da escola em ligação às famílias. Os tópicos desta ligação família-escola são: a índole sistematizada, oscilante e interativa da família; a excentricidade do encargo educacional da família e sua reciprocidade com a da escola; a prerrogativa das relações espontânea entre o grupo gestor e os familiares e, simultaneamente, a exigência de determinar limites entre os dois sistemas, resistindo as interferências não desejadas.

Demais intervenções remetidas a estimular as famílias a conhecer a escola são: conferências grupais de início de ano letivo, informações escritas, personalizadas ou globais, apresentação de propostas nos quais a escola está comprometida, esclarecer sobre o estilo, os aspectos de relação que se determinam na escola; em que momento o professor pode colaborar auxiliando nestas atividades. Quaisquer destas intervenções têm como finalidade preferencial aprimorar a comunicação entre a família e a instituição escolar e promover entre elas relações necessárias e positivas.

Diversas razões podem levar um estudante à não se proceder de forma apropriada em atividades que precisem de uma incorporação funcional com demais pessoas. Tiba (1996) classifica as fundamentais causas da indisciplina:

- Distúrbios de ordem pessoal: psiquiátricos, neurológicos, deficiência mental, distúrbios de personalidade, distúrbios neuróticos, etapas do desenvolvimento (confusão pubertária, onipotência pubertária, estirão, menarca, onipotência juvenil, síndrome da quinta série, distúrbios de normose, distúrbios moderados

a leves de condutas), uso e abuso de drogas;

- Distúrbios relacionais: pedagógicos, entre os respectivos colegas, por influência de amigos, alterações de autoestima;
- Distúrbios e desmandos de professores

A educação cabe aos pais e à escola. O tratamento dos distúrbios relacionais compete aos pais e ao profissional de saúde. Um aluno que apronta e fica sempre impune infringe regras e fere os direitos dos outros alunos. Muitas vezes, mais vale um limite bem demarcado que todo o esforço psicológico para tentar entender os problemas do aluno. O ensino ativo decisivo é executada pela escola.

Entretanto a educação integral é executada pela escola, pelos pais, e pelo respectivo estudante. Se a escola reivindica o cumprimento de normas, no entanto o estudante indisciplinado tem a tolerância dos pais, termina atuando como um casal que não chega nunca a um apazimento de acordo quanto à educação da criança. O filho tira lucro da discórdia pais e escola da mesma forma que se aproveita quando há divergências entre o pai e a mãe.

Para contestar a indisciplina, a escola precisa analisar cautelosamente a forma como é praticado o seu controle. Vimos anteriormente como a prevenção da indisciplina está relacionada com a organização pedagógica da escola, quer dizer, a disciplina e a indisciplina são um produto das relações pedagógicas estabelecidas entre os diversos protagonistas da realidade escolar. Para se entender o que é indisciplina, a escola necessita de compreender-se primeiro sobre a disciplina, em outras palavras, sobre o conjunto de condutas que consideram permissível, sob a perspectiva pedagógica e social.

Autonomia escolar: numa perspectiva democrática

No decorrer dessa mudança, não simplesmente a escola amplia essa consciência de autonomia, como a própria sociedade exige que o exerça. Assim é que a escola se encontra, atualmente, no centro da atenção da sociedade. À medida que procura democratizar-se, a escola coloca em discussão a prática que desenvolve, fato que se relaciona a um quarto

princípio que precisa ser discutido na construção do seu projeto pedagógico, a autonomia. Tal autonomia deve ser conceituada como a competência de governar-se, e encaminha-se, dentro de determinados limites, estabelecidos pela constituição e pelos órgãos do sistema educativo.

A autonomia não corresponde à soberania, uma vez que a escola, ao edificar sua autonomia, não se torna autossuficiente das demais esferas administrativas com as quais permanece conexão com o seu trabalho, sejam elas municipais, estaduais ou federais. Por essa razão, é necessário entender que, quanto mais a escola construir autonomia e competência, mais compromissos ela apropria-se.

Rodrigues *apud* Oliveira (2003, p. 45), diz que, “não é a escola que deve ficar à espera da manifestação da burocracia da educação, e sim a burocracia educacional, a administração que devem estar atentas e a serviço das atividades educacionais desenvolvidas na escola”. Discute-se a falta de autonomia nas escolas, pela própria natureza da ação que o sistema escolar impõe. A possibilidade de se criar uma realidade democrática, exige a descentralização em nível de Secretaria de Educação para com a escola. É necessário que se estabeleça uma nova forma de relação, para que concretamente possa ocorrer a efetivação de uma gestão democrática.

A autonomia da escola, não diz respeito a um desligamento total da Secretaria de Educação, apenas requer uma revisão nos princípios norteadores dessa relação, onde se deve reduzir ao mínimo indispensável os ordenamentos e controle desta. Isso não pressupõe que cada escola venha fazer o queira, pois, a autonomia requer estabelecimento das diretrizes. Aqui a comunidade escolar deve-se valer dos espaços legais da autonomia escolar, na tomada de decisão, descentralização administrativa, pedagógica e financeira. A educação brasileira, a partir da Lei 9394/96, passa por mudanças no âmbito nacional, estadual e municipal na perspectiva de ampliar o acesso, melhorar a qualidade do ensino e favorecer o processo de descentralização da gestão escolar.

As evidências são de que começam a mudar, embora lentamente, as práticas pedagógicas e a organização da escola. Nas escolas, a participação da comunidade na seleção de diretores, a implantação dos organismos colegiados e conselhos escolares, com

poderes deliberativos, decisórios e de controle dos recursos financeiros, têm servido para coibir práticas de interesses opostos e corporativos, unicamente para atender a objetivos pessoais.

Um aspecto de fundamental importância para o estudo da convivência democrática no espaço escolar, à questão dos direitos. Embora desde a Revolução Francesa, em 1789, a democracias tenha como principal característica a declaração dos direitos universais do homem e do cidadão, sabemos que, da forma como a sociedade capitalista está estruturada, esses direitos não alcançam a maioria da população, isto é, os direitos existem somente no plano formal e não concretamente.

Segundo Villela (2002, p. 52)

Na administração Participativa, o foco das atenções dos gestores deve estar nas pessoas. Dessa forma, As pessoas têm que envolver-se das principais tomadas de decisões da escola, tornando-se coparticipantes e responsáveis pela significação de objetivos, metas, foco, e resultados finais.

A busca da participação das pessoas significa maior comprometimento delas com os resultados da escola e com o sucesso das ações realizadas pelos gestores. É a adoção de uma nova forma de relacionamento com a sua equipe. Vive-se um momento de reivindicação por maior participação nos processos decisórios das diretrizes das políticas públicas deste país. O brasileiro, apesar do seu conformismo, vem questionando e exigindo que as possibilidades de mudanças, sejam analisadas diariamente e não esporadicamente.

A maneira que as pessoas estão pensando não é mais igual ao passado, basta olhar as crescentes organizações não-governamentais (ONG), onde os cidadãos se reúnem para conquistarem seus direitos tão violados pelas políticas econômicas, social e educacional, que não priorizam o homem, sua condição de vida digna. A escola reveste-se de artificialidade.

E por não ter conhecimento da realidade da comunidade na qual estão inseridas, não pode satisfazer às suas expectativas e a vista disso, gera uma certa insatisfação de professores, estudantes, funcionários e pais, que veem as decisões que dizem respeito às suas vidas, serem tomadas sem suas participações. Assim a escola que tem como função social, levar o aluno a compreensão da realidade deve estar voltada para o princípio

da gestão democrática, promovendo uma educação para vida; realidade; democracia; autonomia. Se a ação educativa visa à compreensão e transformação da realidade, faz-se necessário à articulação entre a escola e a totalidade das pessoas que convivem nela, bem como da comunidade na qual está inserida, na busca de conhecimento, de aprendizagem e de superação.

O descontentamento e oposição dos vários agentes da escola e a própria ineficiência dela em não atingir seus objetivos, se canalizaram num único sentido, de renovar as práticas administrativas internamente da escola, de redefinir a atribuição da direção, atualmente denominado de núcleo gestor e das vertentes a serem assumidas num ponto de vista coletivo. Com o resgate da cooperação, do conhecer e resolver em companhia, da educação como prática de liberdade, da participação, que deve nortear a atuação coletiva da escola, que não pode ser plataforma de preferências corporativistas, no entanto, como uma canalização de que propicia o planejamento coletivo de educação da escola.

O Conselho Escolar deve ser instrumento permanente de debates, de gestão de ideias, de superação de conflitos, de busca de iniciativas e unidade. A sua composição deve conter um representante de cada segmento escolar, escolhidos por segmento, em votação secreta e, tão importante quanto à participação destes, é a clareza, a compreensão do papel dessa ação conjunta no contexto social da escola, sendo o canal de democratização da escola. Ainda assim é necessário que esse organismo torne-se, almejado e que as pessoas comprometidas, encontrem-se dispostas em cooperar, manifestando vontade de participar e deliberar.

O colegiado deve ser uma instituição de funcionamento permanente deve ter papel de garantir a formação e prática democrática da escola, tornando-se pedagógico para os membros da comunidade escolar: Pela sua prática, ele deve educar os que dele participam e os que dele dependem para a vida democrática e participativa. (RODRIGUES *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 87).

O conselho escolar como instrumento de democratização das decisões na escola, inegavelmente afeta o poder do núcleo gestor, mas, este não deve se sentir ameaçado. Aqui o diretor terá que ter habilidade política para articular os vários interesses que circulam na escola, canalizando-os numa única direção, que é o projeto coletivo de educação para a escola.

Como nos diz Neidson Rodrigues, *apud* Oliveira:

No dia em que os orientadores, supervisores, inspetores, diretores, professores, alunos e pais puderem sentar-se à mesma mesa, não para multiplicarem as acusações mútuas de interferência em minha área, mas para colocar as diversas competências a favor da renovação da escola, da melhoria do ensino, da análise apaixonada e crítica das deficiências e das necessidades dos alunos, então assistiremos ao nascimento da atividade política, a necessidade da união, para transformação operada não só através de discursos e textos, mas através de sua prática (OLIVEIRA, 2003, p. 109).

É no contexto acima descrito, que devemos entender a amplitude da gestão democrática em favor da autonomia escolar. É importante que os pais entendam as verdadeiras causas das limitações dos professores, que estes saibam o que levam os pais a uma precária participação na vida escolar de seus filhos, bem como os limites impostos à dedicação e rendimento escolar dos alunos das camadas populares. Ao compreender essas razões, é necessário dar o segundo passo, tudo aquilo que, unir-se numa batalha persistente pela obtenção da autonomia da escola e dos recursos precisos ao seu favorável funcionamento, de modo a garantir à comunidade uma participação efetiva no processo de escolarização dos alunos, aos professores, a qualificação necessária e condições adequadas de ensino e, aos alunos, um aprendizado consistente de conteúdo amplos e fundamentados.

Os conceitos referidos acima de autonomia e participação não são, contudo, desprovidos de significado ideológico. Na perspectiva neoliberal são vistos e trabalhados com o objetivo da desresponsabilização do estado em relação às políticas públicas de educação. Autonomia significaria a escola assumir a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso e, participação, a sociedade assumir o financiamento e o cuidado da escola, nos moldes do incentivo à prática do voluntariado nos serviços públicos como, por exemplo, os atualmente chamados “amigos da escola”.

Na gestão democrática participativa a autonomia imagina uma administração compartilhada com a comunidade escolar, significação de prioridades educacionais, pedagógicas, físicas e de subsistência, além do mais, o gerenciamento de recursos das financeiros que auxilie as reais necessidades das escolas subsidiadas pelo Estado. Esta autonomia não é o mesmo que independência, mas a competência para construção coletiva de um projeto pedagógico que seja capaz de expressar os objetivos, as necessidades

e expectativas da comunidade comprometida, planejada ao parâmetro de transformação social, da mesma forma das condições concretas para a sua execução. E, tal autonomia só se dará como conquista da sociedade ou não acontecerá.

Quanto à participação da comunidade, a qual é também parte integrante da escola, tem de extrapolar o nível da presença passiva na instituição para atender as convocações da direção, assistir a reuniões, frequentar promoções ou colaborar com seus préstimos na sua administração. Mas, acima de tudo, a construção da democracia na escola passa necessariamente pela participação dos sujeitos envolvidos (pais, alunos, educadores, funcionários) no processo de tomada de decisões. Caso contrário, será mera retórica.

No Brasil, o princípio de autonomia da escola encontra suporte na própria Constituição promulgada em 1988 que constitui a democracia participativa (Art. 1º) e estabelece entre os seus princípios a gestão democrática do ensino público (Art.206). Corporificar este princípio implicou para o Estado do Ceará, uma revisão do modelo de gestão da escola pública, com a opção por uma gestão democrática que oportuniza o deslocamento da decisão centralizada no poder executivo para a comunidade escolar, ensejando o rompimento com o modelo tradicional estabelecido ao longo dos anos. (OLIVEIRA, 2003).

A eleição dos diretores; a criação dos organismos colegiados – conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais, de servidores e de professores; a escolarização da merenda escolar; a distribuição de livros didáticos; a instalação dos laboratórios escolares de informática; a informatização da administração escolar em nível estadual são indicativos de avanços nesta caminhada.

A escola pública, notadamente da rede estadual, tem sofrido mudanças radicais às vezes contraditórias para a leitura de quem está de fora do campo decisório. Sua gestão, além de legitimar a denominação de escola pública, traz para os usuários uma grande esperança de melhoria na qualidade do ensino no Estado. A implementação dos instrumentos gerenciais consiste no: Plano de Desenvolvimento da Escola; Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, elaborados com a participação e ou a colaboração da comunidade escolar, defende os seus anseios, retrata as necessidades da comunidade escolar, além de contribuir para a execução eficiente dos objetivos da instituição escolar,

propugnando pela melhoria da qualidade da educação.

As práticas democráticas na administração da educação pública estadual têm tomado contorno a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentado do Governo do estado, de 1995, que trata do desenvolvimento educacional em três vertentes em torno das quais se constrói uma mudança de paradigma na educação do Estado, cujo lema é “Todos pela Educação de Qualidade e Educação para Todos”, orientando-se pela perspectiva de Educação para Todos, firmada pela conferência de Jomtien (1990), cujo alvo específico são as crianças e adolescentes que têm na escola pública a única oportunidade de acesso à educação.

A partir deste movimento social e político sintetizado pela expressão “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, a escola aparece como “ponto de partida” e o modelo administrativo a ser seguido é o da gestão colegiada. Tal modelo parte dos princípios abaixo relacionados percebidos nos últimos anos na política estadual de ensino:

- Uma reconhecida necessidade de mudança expressa nos planos de Governo dos últimos doze anos;
- Contexto econômico e político favorável, traduzido pelo saneamento das finanças públicas do Estado e expressiva credibilidade de suas instituições;
- Dispositivos permanentes de participação social, demonstrada pelas inovações das formas de gestão pública e pelo dinamismo organizado da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa que tratou durante toda a investigação sobre a questão da “indisciplina” podemos dizer que este projeto socializa os resultados de pesquisa bibliográfica sobre a indisciplina. Buscamos compreender como se dá este comportamento por meio das contribuições teóricas disponíveis, tentando entender este comportamento até então reprimido e das inter-relações na relação docente.

Relevando assim o fato de corpo docente, estabelecer métodos para a melhoria dessa problemática tentando novas técnicas e assim ampliando e agregando habilidades nesse quesito, com resultado aponte o característico processo de entendimento da indisciplina nas escolas, estruturando este conhecimento como referencial para administrar estas situações de indisciplinas no exercício da construção de cidadania nas escolas.

Vivemos o grande dilema quanto a qual, principal fator gera a indisciplina na escola. Notam-se as várias vertentes da indisciplina, nos diálogos com os professores, como existência de novas tecnologias a disposição das crianças, como: aulas ultrapassadas, meios de comunicação mais atrativos que as aulas, meio familiar desestruturada, falta de material pedagógico, falta de apoio pedagógico, meio social, falta de perspectivas futuras por parte dos professores e alunos, falta de motivação profissional.

Ora por tudo isso já é difícil, ao menos iniciar uma mudança, dirá transformar a realidade que está inserida. Percebemos as possíveis razões da indisciplina como ocorrências internas e externas à escola. Dentre as causas, Garcia (1999) determina que as razões internas, permaneceriam nas condições que se oferecem o aprendizado, o currículo, a autenticidade social dos discentes, as relações docentes-discentes. Os aspectos externos são destacados a violência social, a mídia e o específico ambiente familiar. “Deste modo, na própria conexão entre docente e discentes envolvem-se pretextos para indisciplina, e as formas de interferências disciplinar que os docentes praticam são capazes de reforçar ou mesmo ocasionar modos de indisciplina” (GARCIA 1999, p.104,).

Concluimos que este fenômeno está latente na produção científica na área da educação. Portanto, se faz necessário um estudo com melhor aproveitamento sobre o

tema estudado. Espero que este trabalho sirva como fonte de informações para os demais profissionais da educação que trabalham nas escolas públicas e privadas. Sabemos que não é nada fácil lidar com crianças indisciplinadas, mas, com sabedoria e amor pelo trabalho, conseguiremos sim tornar nossos educandos em futuros cidadãos de bem onde os mesmos continuem praticando o bem e tornando-se pessoas disciplinadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; RUA, M. das G. Violência nas escolas. Brasília: UNESCO, 2003.
- Abric, J-C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. (P. H. F. Campos, trad.). In P.H.F. Campos; M. C. S. Loureiro (Orgs.). Representações sociais e práticas educativas (p. 37-57). Goiânia: UCG.
- AMADO, J. A indisciplina e a formação do professor competente. In Seminário Modelos e Práticas de Formação Inicial de Professores. Anais online (p. 1-19). Lisboa: Universidade de Lisboa. 2001.
- AQUINO, J.G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, J.G. (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996a, p. 39-55.
- _____. Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996b.
- _____. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Cadernos. Cedes. v. 47, 1999, p. 7-19.
- BELÉM, R. C. Representações sociais sobre indisciplina escolar no ensino médio. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2008.
- COSTA, M. E. e VALE, D. A violência nas escolas. Linda – a – velha. Instituto de Inovação Educacional. 1998.
- CURTO, Pedro Mota. A escola e a indisciplina. Porto: Porto, 1998.
- CHARLOT, B.; ÉMIN, J. C. (Coords.). Violences à l'école-état des savoirs. Paris: Masson & Armand Colin Éditeurs, 1997.
- DAMKE, Anderléia Sotoriva. Indisciplina escolar: percepção social dos professores. Caxambu, MG, 2006.
- ESTRELA, Maria. Tereza. Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula. 3. ed. Porto: Porto, 1992.
- FERNANDES, E. C. Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.
- FERREIRA, Renata Tereza da Silva. A Importância da Psicopedagogia no Ensino Fundamental – 1ª a 4ª séries. 2006. Disponível em: www.psicopedagogia.com.br. Acesso em: 18/02/2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido (17a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GARCIA, Joe. Indisciplina na escola. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.
- GATTI, B. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. Cadernos de pesquisa, 113,65-81. 2001.

JESUS, Saul. Influência dos Professores sobre os Alunos. Coleção Cadernos Pedagógicos. Nº: 34. Porto: Edições Asa, 1996, p. 27.

JODELET, D. Imbricações entre representações sociais e intervenção. (E. Paredes, trad.). In A. S. P. Moreira; B. V. Camargo. (Orgs.). Contribuições para a teoria e o método de estudos das representações sociais (p. 45-73). João Pessoa: Universitária da UFPB. 2007

JUSTO, J. S. Escola no epicentro da crise social. In: Y. La-Taille; N. Pedro-Silva; J. S. Justo. Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor (3a ed., p. 23-54). Porto Alegre: Mediação. 2010.

LA-TAILLE, Y. A escola e os valores: a ação do professor. In Y. La-Taille, N. Pedro-Silva; J. S. Justo. Indisciplina, ética, moral e ação do professor. (3a ed., pp. 5-21). Porto Alegre: Mediação. 2002.

LIMA, D.; BRIDI, M. V.; BERALDO, W. R. B. O professor do ensino superior em sala de aula e o problema da disciplina escolar. In: VASCONCELOS, M. L. M. C. (Org.). (In)disciplina, escola e contemporaneidade. Niterói: Intertexto. São Paulo: Mackenzie, 1997.

LEDO, V. A. A indisciplina escolar nas pesquisas acadêmicas. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

MARQUES, Rui. Saber educar: guia do professor. Lisboa: Presença, 2011.

MOSCOVICI, S. A representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

OLIVEIRA, Rosimary Lima Guilherme. As atitudes dos professores relacionadas à indisciplina escolar. 2004. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdades de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2003.

PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

PARRAT-DAYAN, S. Como enfrentar a indisciplina na escola. São Paulo: Contexto. 2008.

PIAGET, J. (1977). O julgamento moral na criança. São Paulo: Mestre Jou. (Publicação original de 1932)

RODRIGUES, Nelson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993. TARDIF, Maurice. Saberes docente e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROSSO, A. J.; Camargo, B. V. As Representações Sociais das condições de trabalho que causam desgaste aos professores estaduais paranaenses. ETD: Educação Temática Digital, 13,269-289. 2011.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. A interação na escola e seus significados e sentidos na formação de valores: um estudo sobre o cotidiano escolar. Caxambu, MG, 2004.

TIBA, Içami. Disciplina: limite na medida certa. São Paulo: Gente, 1996.

VASCONCELLOS, C. dos S. Para onde vai o Professor? Resgate do professor como sujeito de transformação. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2001.

Sobre o Autor

Antonio Eudes Mota

Mestre em Ciências da Educação. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2004) Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade Kurios (2015). Especialização em Língua Portuguesa e Literatura. Pós-Graduado em Alfabetização e Letramento. Especialista em Neuropsicopedagogia. Atualmente é professor da Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção-CE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa.

Índice Remissivo

A

abandono 40
analisar 9, 10, 33, 42
análises 17
aprendizagem 8, 10, 11, 19, 24, 29, 32, 36, 40, 45
aprovação 40
atividades 40, 41, 43
atribuição 17, 45
autonomia 9, 10, 11, 13, 14, 27, 42, 43, 45, 46, 47, 51
autoridade 9, 10, 14, 20, 27, 51
autoritarismo 8, 9, 14, 19, 31

C

características 12, 23
cidadania 17, 18, 49
ciências 22
científica 49
comunicação 10, 35, 39, 41, 49
comunidade 8, 10, 11, 16, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47
conceito 12, 19, 24
conhecimento 21, 22, 35, 40, 44, 45, 49, 51
conscientização 10, 15
crianças 8, 12, 14, 15, 27, 38, 40, 48, 49, 50
cultura 17, 18, 24, 25, 26, 34, 40, 41
culturais 12, 22
cultural 14, 17, 18, 28, 35

D

decisão 37, 39, 43, 47
decisões 19, 39, 44, 45, 47
democracia 12, 17, 30, 34, 36, 45, 47
democrática 9, 10, 25, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47
democráticas 27, 38, 48
democrático 9, 34, 38
descontextualizadas 18
desenvolvidos 30
desenvolvimento 10, 15, 16, 18, 22, 26, 29, 38, 40, 41, 48
didáticos 26, 38, 47
direção 32, 36, 45, 47
direito 12
direitos 15, 42, 44
diretrizes 14, 25, 35, 43, 44
disciplina 8, 10, 13, 14, 15, 19, 21, 25, 26, 27, 32, 42, 51, 52

disciplinar 27, 49
discussão 15, 19, 42
distúrbios 41, 42
docente 9, 10, 11, 13, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 32,
41, 49, 51, 52

E

econômico 24, 38, 48
educação 8, 10, 11, 13, 16, 17, 22, 25, 27, 28, 31, 34,
35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 52
educacional 13, 14, 17, 22, 25, 34, 36, 38, 39, 41, 43,
44, 48, 51
educadores 8, 11, 12, 27, 47
educativa 27, 28, 35, 45, 51
educativo 9, 27, 35, 43
ensino 5, 9, 11, 14, 15, 19, 24, 25, 29, 38, 39, 40, 42,
43, 46, 47, 48, 51, 52
escola 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 25, 27,
28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45,
46, 47, 48, 49, 51, 52
escolar 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22,
24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42,
43, 44, 45, 46, 47, 51, 52
escolas 8, 11, 13, 14, 15, 16, 26, 28, 29, 30, 31, 37, 38,
39, 43, 46, 49, 50, 51
especialistas 40
estratégias 11, 25, 29, 30, 31, 32
estudantes 10, 13, 16, 17, 18, 19, 21, 28, 29, 30, 31,
32, 37, 41, 44
exercício 9, 37, 49

F

facilmente 12
fenômeno 12, 49
ferramenta 17
ferramentas 8
física 8, 10, 20
frustração 22, 23

G

gênero 21
geopolítica 24
gestão 11, 26, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 45,
46, 47, 48

H

habilidades 10, 16, 40, 49

heterogênea 18

hierarquia 10

I

indisciplina 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 42, 49, 51, 52

indisciplinares 8, 11, 29

inovação 16, 30

instrumento 16, 24, 45

instrumentos 38, 47

interdisciplinar 22

L

legislação 15, 17, 38, 39

leis 21, 23

leitura 25, 38, 47, 51

ler 34

literatura 5, 12

locus 39

M

metodologia 20

N

naturalismo 12

O

organização 31, 35, 39, 42, 43

P

paradigma 38, 48

pedagógica 9, 20, 40, 42, 43, 51

pedagógicas 18, 42, 43, 46

pedagógico 15, 20, 25, 29, 34, 36, 43, 45, 46, 49

pedagógicos 24, 26, 42

pesquisa 8, 11, 14, 15, 29, 49, 51

política 16, 25, 38, 45, 46, 48

políticas 34, 35, 36, 44, 46

político 17, 24, 31, 36, 38, 48

prática 27, 34, 36, 42, 45, 46

práticas 23, 26, 30, 37, 38, 43, 44, 45, 48, 51

princípios 12, 16, 24, 26, 27, 38, 43, 47, 48

problema 8, 9, 11, 12, 13, 15, 22, 24, 35, 37, 52

processo 9, 11, 12, 15, 19, 22, 24, 29, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 46, 47, 49

processos 44

produção 49
professor 8, 9, 11, 13, 18, 19, 20, 29, 30, 31, 32, 33,
41, 51, 52, 53
professora 12
projeto 8, 35, 36, 43, 45, 46, 49
psicológico 12, 42
pública 36, 37, 38, 39, 47, 48
públicas 8, 11, 13, 14, 30, 38, 44, 46, 48, 50
público 34, 47

Q

qualidade 10, 13, 28, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43,
47, 48

R

racismo 21
realismo 12

S

saúde 42
sistema 5, 13, 25, 26, 31, 34, 39, 43
sociais 12, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 34, 39,
51, 52
social 10, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31,
34, 35, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52
sociedade 10, 13, 14, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 27, 34,
38, 39, 42, 44, 46, 47, 48
socioculturais 28
sociológico 12
solução 2, 8
sucesso 9, 32, 44, 46

T

teoria 22, 23, 52

V

violência 8, 9, 10, 11, 13, 21, 22, 23, 29, 49, 51

